

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT16.014

## **EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM ESTUDO DA TEMÁTICA EM PERIÓDICOS<sup>1</sup>**

Alessandra A. Viveiro<sup>2</sup>

Mariana de Senzi Zancul<sup>3</sup>

Jeane Cristina Gomes Rotta<sup>4</sup>

### **RESUMO**

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento essencial para a prática de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria da qualidade de vida da população. A Base Nacional Comum Curricular prevê a EAN como um tema transversal, inserido em todo o currículo escolar. Com o objetivo de estudar a EAN dentro da escola nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, realizou-se uma revisão da literatura a partir do levantamento de artigos publicados em língua portuguesa, em periódicos de acesso aberto, disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES, Brasil. Foram identificados sete artigos, entre eles quatro relacionavam-se diretamente ao tema de interesse, sendo dois tratando de intervenções em escolas, um voltado à análise de uma cartilha como material didático e outro dedicado a enten-

1 Produção relativa ao projeto de pesquisa “Educação Alimentar e Nutricional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: olhares sobre a produção científica e livros didáticos”, coordenado pela Profa. Dra. Mariana de Senzi Zancul.

2 Docente da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - SP, aleviv@unicamp.br.

3 Docente do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) - DF, maria-naib@unb.br.

4 Docente da Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília (UnB) - DF, jeane@unb.br

der como a educação alimentar aparece no currículo oficial do Estado de São Paulo e nas práticas de uma professora. A análise dos artigos evidencia a importância de promover-se hábitos alimentares saudáveis desde a infância e a escola como espaço fundamental para a EAN. Dois textos defendem a abordagem sistemática e integrada da EAN ao currículo e a importância dos conhecimentos, práticas e exemplos dos professores nesse processo, articulando as vivências das crianças com os conhecimentos científicos em diferentes áreas. As abordagens metodológicas, contextos e críticas variam, refletindo diferentes realidades e desafios enfrentados no estudo e na implementação de práticas educativas voltadas para a EAN nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Essa diversidade de perspectivas enriquece o debate sobre a EAN, porém o reduzido número de trabalhos sinaliza para um tema pouco abordado pelas pesquisas e, portanto, promissor para novos estudos, que podem buscar identificar possibilidades para formação de professores, práticas educativas e meios de estabelecer e fortalecer a articulação com toda a comunidade escolar e com profissionais de saúde.

**Palavras-chave:** Anos Iniciais, Educação Alimentar e Nutricional, produção científica.

## INTRODUÇÃO

### EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), em termos gerais, pode ser definida como um campo de conhecimento essencial para a prática de hábitos alimentares saudáveis e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

No Brasil, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (Brasil, 2012) é o documento principal que orienta conceitos e diretrizes visando contribuir para a construção de práticas que se desdobrarão em eixos, ações e programas especializados de Educação Alimentar (Amparo-Santos, 2013). O documento destaca que, entre os objetivos principais dessa área, estão a promoção de saúde, a prevenção e o controle de doenças crônicas na população, além da “valorização da cultura alimentar, a redução do desperdício de alimentos e a promoção do consumo sustentável” (Brasil, 2012, p. 250). Sendo assim, para a EAN são fundamentais questões como as representações sobre o comer e a comida, os conhecimentos e os valores da alimentação para a saúde, tendo em vista a autonomia dos sujeitos, que podem resultar em modificações e melhorias dos hábitos alimentares das populações (Brasil, 2012).

Segundo Ramos, Santos e Reis (2013), esse documento é de extrema relevância, entretanto, é necessário ampliar a discussão sobre as suas possibilidades, seus limites e o modo como são realizados os programas. Conforme os autores, entre as décadas de 1940 a 1970, a EAN teve como foco introduzir novos alimentos, combater carências nutricionais específicas e suplementação, perdendo destaque posteriormente ao se considerar a renda o principal obstáculo à alimentação adequada. Entre os anos de 1980 a 1990 a produção acadêmica inicial sobre esse tema era intervencionista e técnica, baseada na “tese da ignorância alimentar”. A partir de 1990, surge uma concepção mais crítica, e os indivíduos passam a ser vistos como portadores de direitos com poder de escolha.

Observa-se que, desde o final da década de 1990, diferentes políticas públicas têm contribuído para a consolidação da EAN como estratégia fundamental de promoção da saúde e de garantia do direito humano à alimentação adequada. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) inaugura esse movimento ao fomentar ações de EAN de forma sistemática, seguida pela Estratégia Fome Zero, que, em 2001, incorpora a educação para o consumo como dimensão essencial dessa prática (Ramos; Santos; Reis, 2013).

Em 2006, a Política Nacional de Promoção da Saúde reforça a centralidade da alimentação saudável e reconhece a EAN como ferramenta estratégica para o enfrentamento de agravos e para a promoção de modos de vida saudáveis. Posteriormente, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), de 2010, amplia esse escopo ao adotar práticas alimentares promotoras de saúde como eixo estruturante (Ramos; Santos; Reis, 2013). Nesse percurso histórico, conforme os autores, destaca-se ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cuja trajetória iniciada em 1955 e sucessivamente reformulada integra a formação de hábitos alimentares saudáveis como um de seus principais objetivos. A inexistência inicial de diretrizes unificadas para orientar essas ações motivou a realização de debates e articulações intersetoriais que resultaram, em 2012, na elaboração do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, documento que passou a oferecer parâmetros comuns e a orientar de maneira articulada as práticas de EAN no âmbito da ação pública

A existência do documento é fundamental, mas não basta. Para que a EAN seja bem realizada nas escolas, é preciso estudos, debates e ações que visem promover a saúde por meio da aquisição (ou mudanças) de hábitos (Fiore *et al.*, 2012). Além disso, como a alimentação e a nutrição são influenciadas por diversos fatores, também devemos considerar a perspectiva ambiental, tendo em vista a realidade mundial de grande produção de alimentos, descarte de resíduos, insegurança alimentar e impactos ambientais (Brasil, 2012).

De uma forma geral, a EAN, no Brasil, ainda é especialmente estudada e praticada na perspectiva da saúde e da doença e de maneira a valorizar aspectos unicamente biológicos. Para Zancul (2017), é preciso investir na formação docente, além de aprofundar a discussão e a compreensão de que a EAN extrapola questões biológicas e se relaciona profundamente a aspectos emocionais, sociais, econômicos, culturais e comportamentais, e é levando em consideração esses múltiplos símbolos e significados do ato alimentar que ela deve ser inserida no contexto escolar.

## O PAPEL DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E OS DOCUMENTOS OFICIAIS

A EAN na infância, dentro de instituições de ensino, quando é bem realizada, torna-se uma das principais formas de promoção à saúde, já que estes espaços são importantes, pois estimulam e incentivam a autonomia, promovem a qualidade de vida e a formação dos indivíduos (Moreira; Navarini, 2022).

É principalmente no período em que estão nas escolas que as crianças e adolescentes consolidam os seus hábitos alimentares (Fiore *et al.*, 2012; Zancul; Precioso, 2015). Desse modo, as escolas são o local prioritário de formação de hábitos e escolhas pelo Ministério da Educação, e por esse motivo, concentram políticas públicas para a promoção da alimentação saudável (Santos, 2012). O desafio, portanto, é desenvolver a EAN durante esse período de vida escolar de uma forma significativa e para que dê a base para escolhas que sejam mais saudáveis e sustentáveis ao longo da vida (Zancul, 2017).

Para além da teoria, há diversas críticas em relação à maneira como a EAN é pautada e realizada nas escolas de Educação Básica no Brasil. Uma pesquisa realizada por Moura e colaboradores (2022), com o objetivo de examinar os escritos sobre a transversalidade da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) para o Ensino Fundamental, analisou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

que subsidiaram a construção das matrizes curriculares de escolas brasileiras. Como resultados, os autores observaram que nos PCN as propostas de assuntos sobre a alimentação saudável estavam expostas, embora fosse necessário superar a perspectiva central biomédica, e na BNCC tal exposição não acontecia.

Os mesmos autores afirmam que, pelo fato de a EAN ser uma temática necessária no âmbito da discussão social atualmente, há sua inclusão nas propostas governamentais. Entretanto, recomenda-se que entre os integrantes das equipes que redigem estes documentos, encontrem-se especialistas da área de ensino, bem como estudiosos defensores da promoção da alimentação saudável nos espaços escolares, possibilitando intensificar e contemplar melhor diversos assuntos deste tema tão essencial para a manutenção da saúde (Moura *et al.*, 2022).

Os PCN são documentos elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto, visando oferecer uma proposta de reorientação curricular para o ensino fundamental, com princípios e metas para o projeto educacional. Dentro desses parâmetros, há a orientação de promover concepções de saúde de modo transversal no currículo escolar, o que significa que o tema saúde deve ser incorporado às áreas e disciplinas existentes. Nesse sentido, Fiore *et al.* (2012) salientam que, nos PCN, aparece uma relação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), estabelecida por meio da abordagem dos temas de alimentação e nutrição no currículo escolar, sendo que os PCN orientam a promoção de concepções de saúde de modo transversal. O conceito de SAN é definido pela Lei nº 11.346/06 como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, que promovam saúde e respeitem a diversidade cultural, sendo ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Ainda com foco nesses documentos, a Educação para a Saúde é definida como um tema transversal, e, nesse contexto, os conteúdos relacionados à alimentação e nutrição articulam-se diretamente com SAN. Entre esses conteúdos, destacam-se a abordagem da higiene e da ali-

mentação, incluindo aspectos como a qualidade da água para consumo humano e os processos de produção e manuseio dos alimentos, a discussão sobre as finalidades da alimentação nas dimensões corporais, socioculturais e emocionais, bem como o estudo do processo completo de nutrição, que envolve ingestão, digestão, absorção, anabolismo, catabolismo e excreção (Fiore *et al.*, 2012). Nesse contexto, os autores ainda afirmam que integra esse conjunto a análise do percurso dos alimentos desde sua produção até o consumidor final, considerando o trabalho humano, o uso de aditivos e agrotóxicos e seus impactos na saúde, além do debate sobre hábitos alimentares e a influência da mídia na construção artificial de “necessidades”. Os PCN ainda contemplam questões como a coexistência entre obesidade e carências nutricionais no contexto brasileiro. Quando desenvolvida sob a perspectiva da SAN, a temática da alimentação e nutrição inclui, adicionalmente, a discussão sobre o direito humano à alimentação adequada e sua interface com a alimentação escolar, ampliando a compreensão da alimentação como um fenômeno que envolve saúde, cultura e cidadania.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme definido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), deve orientar “os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio”, em todo o Brasil (Brasil, 2018), ou seja, deve determinar o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

De acordo com os documentos oficiais, a BNCC prevê a EAN como um tema transversal nas escolas, que deve ser inserido em todo o currículo. A associação entre EAN e BNCC permite que temas como saúde, alimentação saudável, cultura alimentar, sustentabilidade e segurança alimentar e nutricional sejam abordados de maneira transversal, nos diversos componentes curriculares. Espera-se que essa formação, para

além de enriquecer o ensino, também forneça aos estudantes competências essenciais para a vida (Brasil, 2024).

## EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NOS ANOS INICIAIS

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental compreendem do 1º ao 5º ano, e são a etapa da fase escolar principalmente direcionada para a alfabetização, o letramento e o desenvolvimento de habilidades básicas. Nesse ciclo, as ações de EAN na escola são primordiais, pois as crianças estão construindo seus hábitos alimentares e ainda descobrindo texturas e sabores. Além disso, a escola é um local onde os estudantes realizam refeições diariamente.

Os professores e a escola devem auxiliar as crianças a fazerem as melhores escolhas, reconhecer e identificar suas necessidades e preferências, conduzindo-os de forma prazerosa para a conquista da autonomia, estimulando sempre suas iniciativas buscando promover a conscientização e prática de uma boa alimentação (Ferreira, 2018). Contudo, a prática da EAN nas escolas não é simples. Um estudo realizado por

Moura e colaboradores (2023), com professores da disciplina de Ciências dos cursos de Pedagogia na região Nordeste do Brasil, encontrou barreiras em relação às ações de EAN entre estes profissionais. Principalmente a carência de preparação acadêmica, a dificuldade no manuseio pedagógico do tema, além da ausência de recursos metodológicos necessários para esta abordagem. Para os pesquisadores, sem conhecimento e segurança na abordagem de EAN, os educadores podem deixá-la para segundo plano.

Afinal, incentivar crianças para formação ou mudança de hábitos alimentares é ir além da explicação de determinados tópicos de ensino; é saber combinar atividades informativas e educativas que despertem nos estudantes o desejo de ter uma alimentação saudável, bem como as ensinam a alcançar tal alimentação, de forma que garantam o atendimento de suas necessidades fisiológicas, psicológicas e sociais (Frasson; Laburú, 2022).

Nesse contexto, é preciso que os docentes estejam preparados, uma vez que estudos evidenciam que a insuficiência de formação adequada para os profissionais da educação constitui um obstáculo central à promoção de saberes e à transformação dos hábitos alimentares de crianças e adolescentes, repercutindo diretamente na efetividade EAN no contexto escolar (Lorenzi; Del Pino; Oliveira, 2023). A ausência de preparo específico, tanto na formação inicial quanto na formação continuada, associada à sobrecarga de conteúdos curriculares, à desorganização institucional e à escassez de materiais pedagógicos, faz com que a EAN não seja priorizada e, muitas vezes, sequer integrada às práticas docentes, segundo os autores. Nesse sentido, para que a EAN também possa sensibilizar e instrumentalizar os educadores, esses precisam ter uma formação inicial ou continuada que os preparem para isso. Assim, possam compreender a relevância de trabalhar com a temática a partir de uma postura interdisciplinar. Isso envolve ações pedagógicas que possibilitem reflexões sobre a alimentação e o alimento em seus significados no âmbito social, cultural, ambiental, histórico e político, integrando o conhecimento científico ao popular.

Considerando as possibilidades e desafios dessa temática, o presente trabalho trata de uma pesquisa que teve como objetivo estudar a EAN dentro da escola nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Neste texto, focaliza-se a produção científica sobre o tema e, para isso, realizou-se uma revisão da literatura a partir do levantamento de artigos publicados em Língua Portuguesa, em periódicos de acesso aberto, disponibilizados no Portal de Periódicos da CAPES, Brasil.

## METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo revisão da literatura a partir do levantamento de artigos publicados em Língua Portuguesa, em periódicos de acesso aberto, disponibilizados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, sem recorte temporal. Foram utilizados os seguintes termos de

busca combinados: “Educação alimentar” e “Anos Iniciais”; “Educação Alimentar” e “educação primária”; “Educação Alimentar” e “séries iniciais”; “Educação Nutricional” e “séries iniciais”; “Educação Nutricional” e “Anos Iniciais”. Os resultados foram cruzados, para eliminar sobreposições, totalizando sete artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram identificados quatro artigos (Quadro 1).

**Quadro 1** – Artigos selecionados no Portal de Periódicos da CAPES

Autor(es)	Título	Ano
Kathleen Sousa Oliveira	Avaliação do material didático do projeto “Criança saudável: educação dez”, ano 2005	2008
Gabriela Morello da Silva Marçal Oliveira, Thaís Gimenez da Silva Augusto	Abordagem da educação alimentar no currículo estadual de São Paulo e na prática em sala de aula	2014
Cláudia Thomé da Rosa Piasetzki, Eva Teresinha de Oliveira Boff, Zélia Anastácio	Educação alimentar e nutricional: uma possibilidade de trabalho em equipe	2023
Ana Tábata Costa Prado, Caique Lohner Oliveira, Brenda Queiroz Gama, Bianca Machado Nasser	Impacto das iniciativas de promoção e prevenção de saúde na educação primária	2024

Fonte: Autoras, 2025.

Para o procedimento de análise, utilizou-se a Análise Temática que foi realizada com base na leitura dos trabalhos completos. Essa abordagem busca sistematizar e interpretar o conteúdo coletado, para compreender as experiências, percepções e significados atribuídos pelas pesquisas (Rosa; Mackedanz, 2021). Assim, os artigos foram organizados em duas categorias: 1 “Propostas de processos formativos que visem a Educação Alimentar e Nutricional” e 2 “Análise sobre como um material didático, o currículo e uma docente abordam a alimentação saudável”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na categoria 1, “Propostas de processos formativos que visem a Educação Alimentar e Nutricional”, identificamos as pesquisas realizadas por

Piasetzki, Boff e Anastácio (2023) e por Prado *et al.* (2024). A análise de um processo formativo voltado à implementação da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) em duas escolas públicas no interior do Rio Grande do Sul foi realizada por Piasetzki, Boff e Anastácio (2023). Esse estudo envolveu professores, equipe diretiva, funcionários e familiares, com intenção de integrar a EAN como componente curricular, superando abordagens tradicionais e pontuais do tema, que frequentemente limita-se a um modelo biomédico focado na prevenção de doenças, em vez de uma concepção ampliada de bem-estar.

Nesse sentido, foi observado por Piasetzki, Boff e Anastácio (2023) a possibilidade de formação de conceitos de EAN que detalhe a evolução do entendimento dos educadores sobre o tema e a implementação de estratégias práticas e colaborativas e destacando o papel fundamental do exemplo dos professores e colegas na formação dos hábitos alimentares das crianças. Além disso, também foi evidenciado que é possível articular a alimentação escolar com os conteúdos disciplinares, demonstrando como o cardápio e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) podem ser usados como ferramentas pedagógicas interdisciplinares. Dessa forma, as ações de EAN são mais efetivas quando são sistemáticas, contínuas e desenvolvidas por meio de um trabalho em equipe que articule os saberes de diferentes áreas e envolva toda a comunidade escolar.

Uma proposta para promoção e prevenção da saúde desenvolvida por Prado *et al.* (2024), realizada em uma escola com crianças entre três e nove anos, utilizou atividades lúdicas e interativas para abordar temas como higiene das mãos, educação alimentar e socialização. As iniciativas de promoção e prevenção de saúde envolveram a conscientização sobre a importância da lavagem adequada das mãos e da higienização dos alimentos para a prevenção de doenças infectocontagiosas e parasitárias, a importância de uma dieta balanceada com dinâmicas para montar “pratos saudáveis” com inclusão de discussões sobre a saúde bucal e a ingestão de água.

Conforme relatado por Prado *et al.* (2024), a escola demonstrou um potencial para o desenvolvimento de programas de saúde, possibilitando

a formação de indivíduos como agentes multiplicadores de hábitos saudáveis em suas comunidades. Houve receptividade dos participantes e o interesse em aplicar os conhecimentos, envolvendo até mesmo suas famílias. Foi destacado também que a presença do profissional de saúde no ambiente escolar mostrou-se fundamental para que as crianças, em fase de aprendizagem, pudessem apropriar-se dos novos conhecimentos, assim como praticá-lo.

Nesse âmbito, Lorenzi, Del Pino e Oliveira (2023) afirmam que EAN precisa ser uma proposta educativa abrangente para toda a comunidade escolar, mas a falta de parceria e de apoio profissional especializado criam obstáculos. A ausência de profissionais da área da nutrição nas escolas, para diálogo direto com os estudantes, é um fato nas escolas públicas e privadas. A escola é um espaço de trocas e reflexões sobre saberes científicos, culturais, políticos e sociais. Sendo um ambiente coletivo, o grupo exerce grande influência sobre o sujeito, favorecendo o desenvolvimento de bons hábitos alimentares. A alimentação é vista não apenas como um ato fisiológico, mas também de integração social, influenciado pelas experiências e exemplos no círculo de convivência

Na categoria 2, “Análise sobre como um material didático, o currículo e uma docente abordam a alimentação saudável”, foram elencados os estudos produzidos por Oliveira (2008) e Oliveira e Augusto (2014). O material didático “Criança saudável - educação dez” é composto por três cartilhas que tratam da Educação Alimentar e Nutricional. Foi produzido em 2005 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), destinado aos estudantes dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Com base na análise dos elementos visuais e textuais, da conotação da narrativa e da precisão das informações técnico-científicas, Oliveira (2008) evidenciou a presença de inconsistências conceituais relacionadas à nutrição, incentivo a produtos industrializados e a presença de discriminação racial nos personagens utilizados. O material analisado continha diversos erros técnicos, conceituais e históricos relacionados à alimentação e nutrição, com informações incorretas, como por exemplo,

sugerir que a desnutrição pode ser causada por vírus ou bactérias. Além desse aspecto, o uso dos personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo, de Monteiro Lobato, apesar de proporcionar uma identificação por parte das crianças, introduziu um componente de discriminação racial que perpetua estereótipos e hierarquias sociais.

A análise de como o material curricular oficial (Caderno de Ciências) do Estado de São Paulo, do oitavo ano do Ensino Fundamental, aborda a Educação Alimentar foi realizada por Oliveira e Augusto (2014). Segundo as autoras, no documento, são abordados temas essenciais para uma alimentação saudável, incluindo análise de rótulos de alimentos industrializados e questionamentos que estimulam a reflexão e a aplicação dos conceitos ao cotidiano dos estudantes. No entanto, o Caderno de Ciências trata o tema com pouca profundidade e de maneira aligeirada, além disso, é feito apenas no oitavo ano da escolaridade, o que é considerado tardio e insuficiente para promover uma reflexão sobre a escolha dos alimentos, sendo necessário que a escola aborde essas questões desde os primeiros anos do Ensino Fundamental.

Análise semelhante foi realizada por Fiore *et al.* (2012) para o material didático da rede pública do Estado de São Paulo (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e revelou uma abordagem difusa dos temas de alimentação e nutrição, alinhada em princípio aos PCN e ao conceito de SAN. A análise demonstrou que, embora os temas estejam presentes em quase todas as disciplinas, a sua cobertura é inconsistente. Os aspectos mais proeminentes são a “promoção da saúde” e a “produção de alimentos”. Nesse contexto, observou-se que os temas estão presentes de maneira difusa em diversas disciplinas, especialmente em Ciências, Geografia e História, evidenciando a interdisciplinaridade em saúde. Contudo, a análise concluiu que a abordagem de alguns aspectos da SAN, como o acesso aos alimentos e a nutrição, é inconsistente. O material didático, ao apresentar apenas situações de aprendizagem em vez de conteúdo explícito, exige que os educadores selecionem o conteúdo e se mantenham em constante atualização.

Nesse sentido, Oliveira e Augusto (2014) reforçam a importância do conhecimento e a didática da professora em relação ao tema proposto para a aprendizagem dos estudantes. A professora entrevistada pelas autoras destacou que utiliza o Caderno de Ciências, mas que complementava-o com pesquisas na internet, livros didáticos, rótulos e notícias de jornais, além de buscar articular os conceitos e conhecimentos ao cotidiano de seus estudantes.

Portanto, os educadores reconhecem a importância da EAN mas, devido à falta de conhecimento aprofundado, de organização curricular e de materiais de apoio, suas práticas são predominantemente parciais e intuitivas (Lorenzi; Del Pino; Oliveira, 2023). Como consequência, sua implementação ocorre de forma parcial e intuitiva, sustentada em conhecimentos básicos e em iniciativas individuais dos professores, que recorrem a fontes diversas, como internet e livros didáticos, para suprir as lacunas de informação. Essa fragilidade formativa gera insegurança sobre como abordar o tema de modo consistente, ampliando o distanciamento entre teoria e prática e produzindo incoerências entre o planejamento pedagógico e a execução das atividades. Além disso, a insuficiência de conhecimentos leva ao uso de recursos e estratégias inadequados, frequentemente descolados da realidade sociocultural dos estudantes, o que compromete a intencionalidade educativa e limita o potencial formativo da EAN.

Além disso, destaca-se o papel fundamental do adulto, tanto familiares quanto educadores, como exemplo para as crianças, e a importância de uma parceria sólida entre a escola e a família para o sucesso das ações de EAN. Assim, há uma necessidade de integrar-se a EAN de forma sistemática e organizada ao currículo escolar, desenvolver materiais pedagógicos adequados e promover a formação contínua dos profissionais da educação (Costa, 2020).

Ainda nesse sentido, a abordagem metodológica reflete a permanência de uma perspectiva educativa behaviorista, pautada na “pedagogia da transmissão ou transferência de conhecimentos”, visando transmitir às

crianças informações sobre alimentação e nutrição (Ramos; Santos; Reis, 2013). Portanto, torna-se necessária uma preocupação com a participação dos estudantes, buscando ampliar a discussão da EAN para além do enfoque biologicista ou avaliando como o conhecimento foi adquirido ao final das atividades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da literatura sobre a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental evidencia que, embora haja avanços significativos no campo das políticas públicas e nas proposições curriculares, persistem lacunas importantes entre o discurso normativo e a efetivação das práticas educativas nas escolas. O estudo permitiu identificar que a EAN, quando tratada apenas sob a ótica biomédica ou prescritiva, tende a limitar seu potencial formativo e emancipador, reduzindo-se a ações pontuais e descontextualizadas. Por outro lado, as experiências que a articulam de forma interdisciplinar e participativa revelam maior impacto na formação de hábitos alimentares saudáveis e na construção de sujeitos críticos e autônomos.

As pesquisas analisadas indicam que a integração da EAN ao currículo requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e o fortalecimento das parcerias entre escola, família e profissionais da saúde. Além disso, reforçam a necessidade de formação continuada dos professores, de modo que se sintam preparados para trabalhar o tema de forma transversal, significativa e contextualizada, superando a fragmentação ainda observada em muitas práticas pedagógicas.

Constata-se, também, a carência de materiais didáticos adequados, atualizados e sensíveis à diversidade cultural e social dos estudantes, bem como a urgência de rever e aprimorar os conteúdos presentes nos documentos oficiais, de modo que contemplem a alimentação como fenômeno biológico, cultural, social e ambiental. Essa abordagem ampliada é essen-

cial para promover uma Educação Alimentar e Nutricional que vá além da transmissão de informações, incorporando dimensões éticas, afetivas e sustentáveis do ato de comer.

Portanto, a EAN, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, deve ser compreendida como um componente estruturante da formação humana, articulando saúde, cultura e cidadania. Investir na formação docente, na produção de materiais pedagógicos contextualizados e na implementação de políticas intersetoriais são caminhos indispensáveis para consolidar uma prática educativa que, ao tratar da alimentação, também promova a vida, o cuidado e o bem-estar coletivo.

Essa pesquisa possibilitou a identificação de algumas lacunas identificadas na literatura evidenciam a necessidade de aprofundar investigações sobre diferentes dimensões da Educação Alimentar e Nutricional nos anos iniciais., bem como, no âmbito da formação docente, posto que ainda são escassos os estudos que analisam como as ações formativas têm sido ofertadas, em que medida favorecem práticas pedagógicas críticas, interdisciplinares e contextualizadas, e como os professores percebem suas próprias competências na temática.

De igual modo, observa-se a insuficiência de pesquisas que examinem experiências interdisciplinares bem-sucedidas, suas metodologias e desafios na articulação entre distintas áreas do conhecimento. Outra lacuna refere-se à compreensão das dinâmicas colaborativas entre escola, família e profissionais da saúde, pouco exploradas quanto aos seus limites, potencialidades e impactos no desenvolvimento alimentar das crianças. Soma-se a isso a carência de investigações sobre a produção, adequação e eficácia de materiais didáticos sensíveis à diversidade sociocultural dos estudantes, bem como a falta de estudos que analisem como as dimensões culturais, sociais, éticas, afetivas e ambientais da alimentação têm sido incorporadas ao currículo escolar.

Além disso, práticas pedagógicas inovadoras ainda carecem de sistematização e avaliação. Também permanece pouco investigado o impacto da EAN na formação de hábitos, na autonomia e na consciência crítica

das crianças, especialmente em estudos de médio e longo prazo. Por fim, destaca-se a ausência de pesquisas que priorizem a perspectiva infantil, valorizando a voz das crianças e os significados que elas atribuem à alimentação e às práticas educativas relacionadas ao tema.

## REFERÊNCIAS

AMPARO-SANTOS, Lígia. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Revista de Nutrição**, v. 26, n. 5, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Informa Nutri 18/2024. **Educação Alimentar e Nutricional**, Brasília, DF, informa nutri 18, 2024.

FERREIRA, Claudineia. **A importância de uma alimentação adequada na infância**. 2018. 46 p. Monografia (Especialização em ensino de ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2018.

FIORE, Elaine Gomes; JOBSTRAIBIZER, Gabriela Alsleben; SILVA, Camila Souza; CERVATO-MANCUSO, Ana Maria. Abordagem dos temas alimentação e nutrição no material didático do ensino fundamental: interface com segurança alimentar e nutricional e parâmetros curriculares nacionais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 1063-1074, 2012.

FRASSON, Fernanda; LABURÚ, Carlos Eduardo. Educação alimentar e nutricional: reflexões sobre uma experiência no ensino fundamental. In: SILVA, R. A. R.; VENTURI, T. (ed.). **Pesquisas, Vivências e Práticas de Educação em Saúde na Escola**. Chapecó: Editora UFFS, 2022, pp. 363-378. (Coleção Ensino de Ciências)

LORENZI, Hayde Raquel; DEL PINO, José Cláudio; OLIVEIRA, Luciana Dias de. Educação alimentar e nutricional como uma prática na escola: a visão do professor. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 3, p. e9712340180, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i3.40180.

MOREIRA, Caroline da Luz; NAVARINI, Jussara. Enfoque da educação alimentar na educação infantil segundo a Base Nacional Comum Curricular e o referencial curricular gaúcho: Educação Infantil. **Studies in Multidisciplinary Review**, Curitiba, v.3, n.2, p.261-275, apr./jun., 2022.

MOURA, Francisco. Nunes de Sousa; LEITE, Raquel Crosara Maia.; BEZERRA, José Arimatéa Barros. “Comer é um ato que vai além de nutrir o corpo”: a Educação Alimentar e Nutricional em políticas educacionais transversais. **Debates em Educação**, Alagoas, v. 14, n. 34, p. 302-323, 2022.

MOURA, Francisco Nunes de Sousa; BEZERRA, José Arimatea Barros; LEITE, Raquel Crosara Maia. A educação alimentar e nutricional em cursos de Pedagogia do estado do Ceará: da formação acadêmica aos desafios de ensino por professores formadores. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 12, n. 1, 2023. DOI: 10.35819/tear.v12.n1.a6380.

OLIVEIRA, Kathleen Sousa. Avaliação do material didático do projeto “Criança saudável - educação dez”, ano 2005. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 12, n. 25, p. 401-10, 2008. DOI: 10.1590/S1414-32832008000200014

OLIVEIRA, Gabriela Morello da Silva Marçal; AUGUSTO, Thaís Gimenez da Silva. Abordagem da educação alimentar no currículo estadual de São Paulo e na prática em sala de aula. **Revista Pedagogia em Foco**, v. 9, n. 2, p. 1-14, 2014.

PIASETZKI, Cláudia Thomé da Rosa; BOFF, Eva Teresinha de Oliveira; ANASTÁCIO, Zélia Ferreira Caçador. Educação alimentar e nutricional: uma possibilidade de trabalho em equipe. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 36, n. 1, p. e23012, maio 2023. DOI: 10.21814/rpe.26059.

PRADO, Ana Tábata Costa; OLIVEIRA, Caique Lohner; GAMA, Brenda Queiroz; NASSER, Bianca Machado. Impacto das iniciativas de promoção e prevenção de saúde na educação primária. **Revista Eixos Tech**, v. 11, n. 3, p. 1-15, 2024. DOI: 10.18406/2359-1269v11n32024407.

RAMOS, Flavia Pascoal; SANTOS, Ligia Amparo da Silva; REIS, Amélia Borba Costa. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. DOI: 10.1590/0102-311X00170112.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em Educação em Ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 16, e8574, p. 1-23, 2021. DOI: 10.7867/1809-0354202116e8574.

SANTOS, Lúgia Amparo. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.17, n. p.453 - 462, 2012.

ZANCUL, Mariana de Senzi, PRECIOSO, J. O Tema Alimentação nos Manuais Escolares portugueses do 9º ano. In: Encontro Nacional de Educação em Ciências, 16, 2015, Lisboa. **Livro de Resumos...** XVI Encontro Nacional de Educação em Ciências, Lisboa, 2015.

ZANCUL, Mariana. de Senzi. Educação alimentar na escola: para além da abordagem biológica. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 13, n. 1, p. 14-23, 2017. DOI: 10.26673/rtes.v13.n1.jan-jun2017.2.9490.